

A TRANSVERSALIDADE DA ÉTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: POR UMA CULTURA DE RESPEITO À VARIAÇÃO LINGUÍSTICA.

Flávia Mayara Félix Dantas¹

Tânia Rodrigues Palhano²

RESUMO

A ética é o ato de refletir sobre nossos princípios e valores na maneira de agir dentro de uma coletividade. A língua está presente neste processo de interação entre os povos. Com isso, esta pesquisa pauta-se na ideia de que esta língua é um dos aspectos que constitui a identidade humana, tendo em vista que no movimento de interação a língua vai configurando-se em novas formas. Como a escola é uma instituição que deve agir, também, em prol da humanização dos indivíduos, considerando no processo de ensino aprendizagem a bagagem cultural do aluno, a ética pode ser discutida nas aulas de português com o objetivo de refletir sobre a variação linguística como marca cultural de identidades, desconsiderando a norma padrão como única via correta de comunicação; o objetivo de nosso trabalho baseia-se nesta premissa. Esta pesquisa foi construída bibliograficamente, partindo de leituras de teóricos como CANDAU (2001), CHAUI (2000), BAKHTIN (1999), GEORGEN E LOMBARDI (2005), VALLS (1994), ANTUNES (2014), MARCUSCHI (2007). Como resultado de nossa pesquisa, a priori concluímos que o ensino de língua portuguesa contextualizado, que considera a língua em suas variações como marca identitária dos povos, pode abordar o estudo da ética na área da linguística como maneira de refletir sobre os valores e princípios humanos que são representados pela linguagem, enfatizando que a norma culta padrão não é a única maneira correta de se comunicar.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Ensino. Língua. Variação Linguística.

INTRODUÇÃO

Através de um breve período de experiência na profissão de professora de língua portuguesa no Ensino Médio, tive a oportunidade de detectar alguns problemas emergidos em sala de aula, resultantes da metodologia tradicional, a qual, muitos professores utilizam. O primeiro problema a ser destacado é a falta de interesse dos alunos com relação ao estudo da gramática, tendo em vista que a predominância da norma culta no ensino de língua portuguesa distancia a língua do seu uso na prática cotidiana dos alunos, visto que no ato comunicativo

¹ Mestranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); especialista em Literatura e Ensino pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2015); especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Matemática numa perspectiva transdisciplinar pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (2019); licenciada em Letras Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012). Email: finha_flavinha@hotmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2008); mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2002); graduada em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba (1985). Pós-Doutorado na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (2015). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Fundamentação em Educação da Universidade Federal da Paraíba com experiência na área de Filosofia da Educação, atuando principalmente com os seguintes temas: pragmatismo, trabalho em educação, legislação educacional, filosofia da educação na licenciatura, filosofia no ensino médio. Email: taniarpalhano@gmail.com.

diário, recorrente na convivência e interação dos indivíduos, a variação linguística é preponderante.

Nesse contexto, surge outro problema: a não consideração da variação linguística no ensino da língua portuguesa, em sala de aula, que desencadeia a premissa de que o uso linguístico que não se enquadra na norma culta é incorreto. Além desses problemas, vale salientar que a predominância do ensino da norma culta, que distancia as discussões sobre as variações linguísticas, faz com que as aulas se tornem exaustivas, mecânicas e puramente teóricas.

Então, partindo dos conhecimentos que adquiri na Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Matemática numa perspectiva transdisciplinar, oferecida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, campus EAD, foi escolhida para realização dessa pesquisa a linha de pesquisa que trata da “Transversalidade da Ética e da Cidadania no Ensino de Língua Portuguesa e/ou Matemática”, na qual o pesquisador deve suscitar reflexões sobre a possível contribuição do estudo sobre a ética e cidadania no contexto escolar e prática cotidiana.

Nessa tessitura, discutiremos como a ética pode vir a contribuir na ampliação das discussões no ensino da língua portuguesa, o qual abarque nessas discussões a língua em sua prática, considerando a variação como marca da diversidade cultural dos povos e a ética como maneira de refletir sobre essa formação de identidades culturais. Assim, nossa pesquisa se faz importante e necessária para que sejam suscitadas discussões que levem os docentes de língua portuguesa a refletirem sua prática, pensando sobre a importância de atrelar os conteúdos escolares à vivência dos alunos, especificamente à ética de vida.

A ética é o ato de refletir sobre nossos princípios e valores na maneira de agir dentro de uma coletividade. A língua está presente neste processo de interação entre os povos. No contato dessas variações, vão surgindo novas facetas do ser humano, novos comportamentos, vertentes e maneiras de viver e agir. Com isso, esta pesquisa pauta-se na ideia de que esta língua é um dos aspectos que constitui a identidade humana, tendo em vista que no movimento de interação a língua vai configurando-se em novas formas. Através deste instrumento, é possível que os saberes sejam entrelaçados entre os seres humanos ocorrendo o movimento da transformação. O documento dos PCN's (1998) fala sobre a ética na aula de língua portuguesa no sentido de refletir sobre a variação como marca cultural

Em relação à Língua Portuguesa, deve-se considerar que a linguagem é o veículo da cultura do país onde é falada, que carrega os valores, portanto. Por exemplo, comparar a chamada “norma culta” às outras formas de falar não é apenas comparar duas formas de se comunicar seguindo o critério do “certo”

e do “errado”. É, sobretudo, pensar sobre as diversas formas de o homem se apoderar da cultura, suas possibilidades objetivas de fazê-lo. (BRASIL, 1998, p.63)

A justificativa de nossa pesquisa parte dessa acepção. Essas variações linguísticas são constituintes da identidade do homem em seu convívio e estas devem ser consideradas nas aulas de Língua Portuguesa, não com uma visão excludente, mas com um olhar de respeito pelas diferenças e pelas culturas que compõe o nosso cenário de diversidade. Rojo (2000), em Modos de transposição dos PCN’s às práticas de sala de aula: progressão curricular e projetos, considera que a escola, em especial o professor, deve se apropriar da relevância do trabalho com os gêneros, com as variações, em busca de um ensino da língua voltado para a construção de sujeitos críticos e conscientes a serviço da cidadania.

Diante disso, temos as seguintes problemáticas para esta investigação: O ensino de Língua Portuguesa, muitas vezes, omite as variações linguísticas não as considerando no processo de ensino como artefatos culturais? E a ética, como meio de reflexão da vida humana, é uma ponte para a compreensão dessa variação como uma das constituintes da identidade humana?

Seguindo essa linha de pensamento, é pertinente que tragamos para este trabalho com a Linguística, a Ética, a qual vai nos permitir a reflexão sobre a consideração dessas diversidades linguísticas como constituintes de nossa língua materna e que deve ganhar relevância na aula de Língua Portuguesa. A Ética vai nos ajudar na compreensão do respeito à diversidade, visto que este ramo da Filosofia trata de uma reflexão sobre os valores e as normas que regem as condutas humanas. A variação linguística, que também é chamada de gênero discursivo, é a precursora da interação no meio social e deve ser trazida para a esfera escolar. Deve-se levar em conta, que muitos professores de Língua Portuguesa trabalham a norma culta padrão como única forma de relação comunicativa, tendo-a como correta no uso contínuo das vivências sociais, considerando assim, as variações como usos incorretos.

De modo geral, esta pesquisa objetiva pensar sobre a ética como maneira de refletir costumes e valores representados pela língua em suas variações não consideradas pelo ensino de língua portuguesa priorizador da norma culta padrão. Como objetivos específicos elencamos: propor acréscimos no ensino de Língua Portuguesa no tocante às considerações da variação linguística, refletindo um processo no ensino de Língua Portuguesa para o uso interacional, considerando o contexto e a realidade das comunidades; discutir sobre os gêneros discursivos e suas variações como constituintes essenciais da comunicação; correlacionar a ética neste ensino como via reflexiva inerente à constituição das identidades humanas, assim

fazendo uma ponte para o exercício da cidadania, no que concerne ao respeito pelas línguas marginalizadas.

AS VARIAÇÕES NO ENSINO DA LÍNGUA

A gramática normativa tem sua hegemonia nas aulas de Língua Portuguesa, sendo excluídas, muitas vezes, as variações que são essenciais no estudo da constituição de nossa língua materna. Vale salientar que no ensino médio, os alunos já mostram uma capacidade de emancipação quanto ao que é posto em sala de aula, já não permanecem no papel passivo do ensino, já mostram capacidade de questionar e argumentar frente ao ensino reducionista, que exclui o caráter variacionista da língua pertencente à bagagem sócio-histórica-cultural de cada um, pois, segundo Bakhtin (1999), “a língua constitui um processo de evolução ininterrupto, que se realiza através da interação verbal e social dos falantes, não podendo ser vista como algo imposto”.

Desse modo, é ainda mais pertinente que o professor reveja suas práticas, tendo em vista que seus alunos já se encontram com personalidades formadas e poder para avaliar o que está certo ou errado no processo de ensino. Estudos atuais, na área do processo de ensino aprendizagem, revelam que deve se considerar as diferenças trazidas pelos sujeitos do processo de ensino como aliadas ao desenvolvimento das atividades em busca de instigar o olhar crítico, reflexivo e a consciência do aluno, através da heterogeneidade. Vera Maria Candau³, professora pesquisadora desta área de processo de ensino aprendizagem, tem disponibilizado muitos materiais em sua trajetória como pesquisadora que tratam desse assunto da diversidade constituinte da realidade do ser humano, que o professor reflete ou deve refletir no trabalho disciplinar em sala de aula.

O fenômeno da comunicação, que tem como instrumento a língua, é o grande responsável pela interação entre as pessoas, que faz acontecer a troca de conhecimentos e assim o ressurgir dos sentidos, dos comportamentos, das novas identidades. Nesse sentido, deve-se considerar no ensino da Língua Portuguesa a interação veiculada pela linguagem, fugindo do caráter reducionista livresco e gramatical. A norma culta padrão deve ser trabalhada em concomitância com outras vertentes da língua portuguesa, numa perspectiva de endossar a diversidade dessa língua como marca de histórias e culturas.

³ Possui graduação em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Doutorado e Pós-doutorado em Educação pela Universidad Complutense de Madrid. É coordenadora do grupo de Pesquisas sobre Cotidiano, Educação e Cultura (s), através do qual tem desenvolvido sistematicamente pesquisas sobre as relações entre educação e cultura (s).

Candau (2011), em seu artigo Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas, fala que:

No âmbito da educação, as diferenças também se explicitam com cada vez maior força e desafiam visões e práticas profundamente arraigadas no cotidiano escolar. A cultura escolar dominante em nossas instituições educativas prioriza o comum, o uniforme, o homogêneo considerados como elementos constitutivos do universal. Nesta ótica, as diferenças são ignoradas ou consideradas um “problema” a resolver. (P. 240)

Nessa situação em que se encontra o cenário educativo na maioria das escolas, o ensino de Língua Portuguesa acompanha esta metodologia de caráter homogêneo, que prioriza o comum e marginaliza o “diferente”. Antes de ir à escola, o aluno já carrega uma bagagem sócio-histórica-cultural que marca sua identidade, suas atitudes ou comportamentos. Se este aluno tiver uma maneira de se comunicar que seja considerada fora da norma culta padrão privilegiada nas aulas da maioria dos professores, ele enfrentará sérios problemas de adaptação, de desenvolvimento e de aprendizagem na disciplina de Língua Portuguesa, ou seja, a disciplina que deveria trazer mais familiaridade a esse aluno, visto que tem como objeto de estudo a sua língua materna, será um componente estranho que dificultará suas etapas do aprendizado nas aulas de português.

Este aluno, prejudicado pela hegemonia da norma culta padrão no ensino de Língua Portuguesa, estará sofrendo nessa situação um tipo de discriminação, ao ser desconsiderada a sua forma de uso linguístico. O professor deve mostrar que a norma culta padrão não é a única via de comunicação, mas sim, uma das variantes que compõe as situações comunicativas e que as demais variantes devem ser estudadas e discutidas em sala. Marcuschi (2007) desenvolve a ideia de que os gêneros textuais são práticas sócio históricas e, por isso, não devem ser depredados do aluno a sua forma de se expressar linguisticamente; ao fazer isso, o professor estará desrespeitando uma personalidade, uma identidade, uma diferença. Bagno (2007) reforça a ideia de que a língua culta padrão não deve ser vista com hegemonia:

Ao contrário da norma padrão, que é tradicionalmente concebida como um produto homogêneo, como um jogo de armar em que todas as peças se encaixam perfeitamente umas nas outras, sem faltar nenhuma, a língua, na concepção dos sociolinguistas, é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável e está sempre em desconstrução e em reconstrução. A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita. (P. 36)

Nesta coletividade, as diferenças são essenciais para que se haja o processo de movimento e transformação a partir da interação com a língua. Nesse contexto de diversidade e de não consideração dessas variantes no ensino da língua, é pertinente que seja abordado o conceito e uso da ética, numa perspectiva de reflexão e respeito a essa diversidade.

A ÉTICA COMO PONTE PARA NOVAS REFLEXÕES NO ENSINO DA LÍNGUA

A teoria da educação é formada por conceitos que se convergem ou se distinguem entre si, e que se justapõem ou contrapõem explicando o modo de funcionamento do ato educativo que perpassa o desenvolvimento humano. Nestas contradições surgem as inquietações, e é nesse momento que se desvela a necessidade de se aprofundar na dúvida, refletir sobre ela, analisar e agir nesta inquietação provocando mutações no plano educativo. O processo de ensino aprendizagem requer do professor sua atenção quanto aos problemas que surgem referentes, sobretudo, à aprendizagem do alunado. É a partir desta dedicação à reflexão dos problemas no processo de ensino quanto à aprendizagem dos alunos que se inicia o ato de pesquisa e tentativa de mudança no cenário educacional, especificamente nas disciplinas e conteúdos abordados.

Neste intuito, em prol de busca pelo êxito nas aulas de língua portuguesa, no tocante às considerações às variedades linguísticas como marcas culturais, salientemos a ética como via reflexiva tanto do próprio docente, no concerne ao seu trabalho, como no conteúdo da própria ética inserido nos estudos das variações. Marilena Chauí é uma filósofa que define o exercício da ética com um conceito muito relevante, a saber, “para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado (...)” (CHAUÍ, 2000, p. 433), ou seja, para que a ética adentre no ensino de língua portuguesa numa relação com a variação linguística, o professor terá que ter consciência de que é errôneo o pensamento de hegemonia da norma culta padrão, e refletir eticamente sobre a diversidade, respeitando estas diferenças e levando sua prática de ensino para um olhar mais inclusivo que traga à tona a variação linguística como fator social, responsável pela interação, transformação da sociedade, sendo assim constituinte de identidades e culturas.

Com isso, é relevante considerar a proposta dos PCN’s (1998, p.8) ao ensino, segundo a qual:

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais.

Portanto, é plausível que o professor reveja suas práticas acompanhando as mudanças sociais. Os alunos do século atual não são os mesmos do século passado, as interações vão mudando e as pessoas e novas concepções de homem vão surgindo. Desse modo, no âmbito educacional deve-se fazer uma certa reciclagem no processo de ensino, renovando as ideias e ações educativas. Considerar o ensino como heterogêneo é de suma importância para que sejam

trazidas para o cerne do ensino as particularidades que formam a nossa sociedade. Chauí (2000, p. 435) esclarece as questões de mudanças e diferenças no estudo da ética:

Embora toda ética seja universal, do ponto de vista da sociedade que a institui (universal porque seus valores são obrigatórios para todos os membros), está em relação com o tempo e a história, transformando-se para responder a exigências novas da sociedade e da cultura, pois somos seres históricos e culturais e nossa ação se desenrola no tempo.

Então, a ética vem a ser uma via reflexiva tanto no fazer docente, no sentido de questionamento se está havendo ou não o acompanhamento nessas mudanças, como também no estudo dos sujeitos do ensino, que são pessoas de diferentes culturas, comportamentos, crenças que trazem variantes linguísticas que na maioria das vezes fogem da gramática normativa. Será que do ponto de vista ético o professor respeita o contexto que rodeia seus alunos? Até que ponto estas considerações podem acrescer meu trabalho com a língua portuguesa? Essas são questões que devem ser feitas em uma autoavaliação do docente em seu trabalho educativo e que são pertinentes para o avanço do processo de ensino da língua portuguesa.

Em suma, é papel do professor rever suas práticas de ensino, questionando-se se está realmente pondo em prática o exercício da cidadania e contribuindo para a função da escola como instituição social; se está realmente construindo sujeitos aptos a atuarem como atores na sociedade. O trabalho com a língua portuguesa requer muito mais do que o estudo da gramática normativa, assim como também em outras disciplinas, requer um ensino respaldado na heterogeneidade, nas diversidades, no contexto, nas formas de interação e movimentos, na dialética, enfim, nas diversas vertentes que constroem o ser humano e que tornam rico o nosso cenário social.

Logo, ao considerar a ética no ensino, como um campo de reflexão sobre nossas atitudes e sobre a complexidade que envolve nossa trajetória de vida, é notório que esta área filosófica venha ser uma possível maneira de resolução de problemas frequentes detectados na prática educativa na escola, o ensino puramente conteudista, teórico e normativo da língua portuguesa que oculta a face sócio-histórica-cultural da língua que o docente deve pôr em pauta nas aulas. A ética faz emergir uma educação para humanização. A educação para humanização é o processo que traz ao cerne do ensino a formação do sujeito consciente e ativo no meio social; um ser humano capaz de tomar decisões, de agir na coletividade e de participar das modificações de seu meio. Por este viés é indispensável ao professor de língua portuguesa destacar que estas relações coletivas só são possíveis através da comunicação, e que esta sofre modificações a todo instante em seu instrumento, a língua, cujas alterações devem ser discutidas

no estudo da linguagem como indispensáveis para a caracterização de nossa diversidade linguística.

A estaticidade da metodologia de ensino, presa ao tradicionalismo, faz com que o processo de ensino não acompanhe as modificações sociais, deixando passar despercebida a riqueza de atrelar ao ensino uma realidade em constante movimento, que pode ser subsídio para a evolução crítica dos alunos, quando trazida à discussão nas aulas. Nesta perspectiva de mudança de metodologia e contribuição para a área educacional, é relevante que se desenvolva estudos com o intuito de ultrapassar os percalços existentes no processo de ensino aprendizagem no que concerne às aulas de língua portuguesa, presa a norma culta da língua, o que omite o saber, relativo à sua formação humana, trazido pelo aluno para sala de aula. Com isso, a ética, que reflete sobre o comportamento humano, será a peça chave para que o ensino da língua ganhe uma nova face, um caráter social, formador de identidades e ideologias, que inclua nas discussões as mercas culturais representadas através da linguagem.

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A ÉTICA: PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No desenvolvimento de pesquisas na escola, geralmente, “estuda-se metodologia, em particular técnicas de pesquisa, que ensinam como gerar, manusear e consumir dados, em contato com a realidade” (DEMO, 2011, p. 11). Desse modo, esta pesquisa de caráter qualitativo, almeja contribuir positivamente na metodologia do ensino de Língua Portuguesa, reduzido à gramática normativa, com a ética como meio de reflexão do comportamento humano e como forma de identificação da língua como marca cultural, na qual as variações linguísticas devem ser discutidas com reconhecimento.

A abordagem qualitativa, como aponta Minayo (2010, p. 21)

“[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Partindo disso, é válido salientar que a ética é uma área da filosofia que se relaciona com a atitude reflexiva do homem. Então, é pertinente destacar que a filosofia é a viabilizadora de detecção de problemas, reflexão sobre estes e construção de novas ideias, assim como explica Saviani (1996) ao falar sobre que a filosofia na prática docente: “A filosofia da educação só será indispensável à formação do educador se ela for encarada como uma reflexão sobre os problemas que a realidade educacional apresenta (SAVIANI, 1996, p. 26). Então, o ato

filosófico é substancial à mudança no cenário educacional e no todo social e a ética é uma via de reflexão tanto para a prática docente quanto para o conteúdo que se está ensinando.

Desse modo, como já foi explanado, este trabalho objetiva pensar sobre a ética como maneira de refletir costumes e valores representados pela língua em suas variações não consideradas pelo ensino de língua portuguesa priorizador da norma culta padrão. “A língua em uso está fora dessas atividades da escola; por isso mesmo, essa língua não provoca interesse e, muito menos, entusiasmo ou admiração” (ANTUNES, 2014, p. 82). Privilegiar a norma padrão nas aulas de português é não contextualizar o estudo da língua, impossibilitando os alunos de se aproximarem dos conceitos ou estudos da língua como prática comunicativa.

Assim, esta pesquisa foi desenvolvida, estruturalmente no método bibliográfico, pois visa contribuir teoricamente para o avanço do ensino de língua portuguesa partindo de teorias que enfatizam a consideração da cultura e dos valores individuais nos conteúdos escolares. Dentro de uma perspectiva descritiva e argumentativa sobre como se dá o ensino tradicional de língua portuguesa e quais contribuições traz-se com este trabalho, foram realizadas análises teóricas que serão respaldo para compreensão da proposta.

O que aqui se propõe é refletir sobre um ensino de língua portuguesa que não se reduza à gramática normativa, mas que traga ao cerne do ensino as variantes que constroem identidades através da inter-relação que parte do uso da linguagem e a ética é um tema transversal que vem preconizar nas discussões as culturas, valores e princípios que norteiam as ações humanas, enfatizando, neste caso, a língua nas suas variantes como marca destas culturas, o que descarta a ideia que a variação é a forma “errada” da língua. Tal proposta é feita a partir de reflexões já escritas por alguns teóricos.

O percurso metodológico deste trabalho se fez no seguinte trajeto: a princípio esta pesquisa baseou-se no documento dos PCN’s (1997) que mostra a obrigatoriedade dos temas transversais no processo de ensino, no caso desta pesquisa deu-se relevância ao tema Ética. No documento, vimos que

A reflexão ética traz à luz a discussão sobre a liberdade de escolha. A ética interroga sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados pela tradição e pelo costume. Abrange tanto a crítica das relações entre os grupos, dos grupos nas instituições e perante elas, quanto a dimensão das ações pessoais. Trata-se, portanto, de discutir o sentido ético da convivência humana nas suas relações com várias dimensões da vida social: o ambiente, a cultura, a sexualidade e a saúde. (BRASIL, 1997, p.25)

Portanto, o trabalho transversal com o tema ética proporciona discussões acerca da cultura e por isso se faz necessário que se traga para as aulas de língua portuguesa, para o reconhecimento e respeito das variantes linguísticas.

Ao falar da importância da ética para o processo de ensino aprendizagem é válido considerar o que explica George e Lombardi (2005) em *Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas*: “O que torna o ser humano verdadeiramente humano, ou seja, em plenitude, não é o fato de nascer filho de humanos, mas a construção de sua identidade” (GEORGE, LOMBARDI, 2005, p. 61). A identidade de uma pessoa é formada pelos fatos constantes do meio que refletem na razão deste indivíduo. Nesta acepção, a educação perpassa por essa construção de identidade mediando o ensino para as vias do conhecimento múltiplo concernentes à atuação humana em sociedade. A ética, por sua vez, é a área da filosofia que reflete sobre o comportamento humano dentro deste meio em contínuo movimento. Logo, é importante que se traga a ética como contribuinte para a análise, reflexão e discussão de temas geradores de opiniões, cujo foco é a língua, ultrapassando os limites da gramática normativa, refazendo-se um ensino constituidor de ideologias, identidades e revelador de um olhar amplo para as práticas linguísticas.

A transversalidade se faz necessária no processo de ensino, segundo os PCN's, porque um dos objetivos do ensino é formar um indivíduo apto a

Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997, p.9).

Neste caso, a ética é um dos temas que proporciona o cumprimento deste objetivo, tendo em vista que inserir a ética no ensino é a oportunidade de “propor atividades que levem o aluno a pensar sobre sua conduta e a dos outros a partir de princípios, e não de receitas prontas” (BRASIL, 1997, p.49). Após entender o papel da transversalidade e do tema *Ética no ensino*, foi feita a análise bibliográfica na teoria de Irandé Antunes (2014), na qual a autora defende que

Se o que predomina nas aulas de português continua sendo o estudo inócuo das nomenclaturas e classificações gramaticais, ir à escola e estudar português pode não ter muita importância, principalmente para quem precisa, de imediato, adquirir competências em leitura e em escrita de textos. (ANTUNES, 2003, p.16)

Transferindo esses conceitos para a prática em sala de aula, buscamos o que diz os documentos legais sobre a ética no ensino da língua portuguesa. Assim como preconizado nos PCN's, como já citado na introdução desse artigo

Em relação à Língua Portuguesa, deve-se considerar que a linguagem é o veículo da cultura do país onde é falada, que carrega os valores, portanto. Por exemplo, comparar a chamada “norma culta” às outras formas de falar não é apenas comparar duas formas de se comunicar seguindo o critério do “certo” e do “errado”. É, sobretudo, pensar sobre as diversas formas de o homem se

apoderar da cultura, suas possibilidades objetivas de fazê-lo. (BRASIL, 1998, p.63)

Partindo desta ideia, pesquisamos as respostas das nossas problemáticas citadas no início deste artigo: O ensino de Língua Portuguesa, muitas vezes, omite as variações linguísticas não as considerando no processo de ensino como artefatos culturais? E a ética, como meio de reflexão da vida humana, é uma ponte para a compreensão dessa variação como uma das constituintes da identidade humana? Após as leituras em Antunes, percebemos que o ensino da língua, na maioria das escolas, prioriza a norma culta padrão como única maneira correta de uso comunicativo, as demais formas de linguagem são equívocas. A autora esclarece que a variação é um elemento histórico, social, cultural e identitário, a qual deve ser enfatizada como prática válida de comunicação, não a distinguindo como incoerente.

Posteriormente, achamos pertinente buscar também a compreensão da relação dos conteúdos escolares com a prática cotidiana do homem. No desenvolvimento das atividades, deve-se pôr em pauta os conteúdos escolares como vieses para a educação colaboradora e fundamental para o ato de formar sujeitos esquivados da passividade, do conformismo, da incapacidade; é instigar um ser pensante, capaz de tomar decisões, livre para construir suas concepções, para lutar por igualdade de direitos, onde o docente venha a considerar a carga sócio-histórica-cultural imbricada aos conteúdos escolares. “Está em jogo a recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho” (BRASIL, 2017, p. 167).

Assim como aclara Westbrook e Teixeira, autores que explanam a concepção de John Dewey sobre a educação em consonância com a experiência humana:

No processo educativo, o indivíduo e o meio social são, portanto, dois fatores harmônicos e ajustados. O meio social ou o meio escolar, se bem compreendidos, devem fornecer as condições pelas quais o indivíduo liberte e realize a sua própria realidade. (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, p.50).

Nesse sentido, defendemos uma ideia que deságua na concepção deweyana de harmonizar a atividade educativa na escola com as experiências do indivíduo. O que o aluno tem a oferecer, no tocante a suas experiências, pode somar no rendimento das ações sistematizadas do ensino. “ Os temas curriculares, como todos os conhecimentos humanos, são produtos do esforço do homem para resolver os problemas que sua experiência lhe coloca. ” (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010, p.18).

Após internalizarmos a importância do enlace entre os conteúdos escolares e a vida humana, percorremos o itinerário buscando encontrar mais contribuições às respostas para nossa problemática fazendo leituras também em Candau (2001), Chauí (2000), Bakhtin (1999),

Georgen E Lombardi (2005), Valls (1994) E Marcuschi (2007). Chauí é uma filósofa que discute o conceito de Ética, o qual foi indicado para leitura no cumprimento da disciplina de Ética e Cidadania, no decorrer da especialização. Por esse motivo, foi escolhida sua teoria para compreendermos com mais clareza a concepção de Ética que pode ser estudada em sala como reflexão de nossas atitudes, conduta e valores culturais.

Assim como também Valls, teórico que discute sobre as concepções éticas, esclarece que ética é “um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas.” (VALSS, 1994, p.7). Logo, percebemos a ligação da ética com a consideração da variação linguística como marca identitária humana. Pensando nessa concepção, sobre o ensino como processo de formação identitária, que deve considerar a subjetividade do aluno no desenvolvimento educativo em sala, tivemos como norte a teórica Candau, a qual defende que no ensino “ter presente a dimensão cultural é imprescindível para potencializar processos de aprendizagem mais significativos e produtivos para todos os alunos e alunas.” (CANDAU, 2011, P. 242). Essa afirmação, coaduna com o que Antunes (2014) esclarece, sobre o fato de a língua padrão ensinada em sala não causar entusiasmo no aluno no processo de ensino aprendizagem, visto que a norma culta se distancia da língua em uso, das variações que fazem parte do cotidiano do indivíduo.

Ao dar continuidade a nossa pesquisa, enriquecemos a nossa discussão com o que explica Bakhtin (1999, p. 277), seguindo essa mesma corrente de pensamento. Esse autor foi utilizado em nossa pesquisa para destacar a importância do trabalho com os diversos gêneros textuais que são construídos através das variações, as constantes mudanças da língua em suas intencionalidades.

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. Cumpre salientar de um modo especial a heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos).

Marcuschi (2008, p.57) compactua com as acepções expostas por Bakhtin, sendo sua teoria uma maneira de complementar a explicação realizada por Bakhtin. Marcuschi explica que “dizer que a análise da língua se limita à sintaxe é reduzir a língua a algo muito delimitado, pois os aspectos textuais e discursivos, bem como as questões pragmáticas, sociais e cognitivas são muito relevantes.” Para finalizarmos, a priori, nossa pesquisa, buscando concluir nossa linha de pensamento e compreensão partindo do que explica George e Lombardi (2005) sobre a ética na educação. Quando os teóricos falam da ética humana, aspecto que representa a identidade do homem, eles esclarecem que esta identidade é formada por um processo, no qual

a ética da vida é formada. Esse processo recebe contribuições advindas do contato do indivíduo com meio, e a escola pode contribuir nessa formação ética identitária por meio do estudo dos conteúdos disciplinares.

Desse modo, a identidade humana, sua ética de vida, é formada pelos fatos constantes do meio que refletem na razão deste indivíduo. Nessa conjuntura, a educação deve perpassar por essa construção de identidade mediando o ensino para as vias do conhecimento múltiplo concernentes à atuação humana em sociedade. Com todas as leituras realizadas, entendemos como resultado de nossa pesquisa que o ensino de língua portuguesa contextualizado, que considera a língua em suas variações como marca identitária dos povos, pode abordar o estudo da ética na área da linguística como maneira de refletir sobre os valores e princípios humanos que são representados pela linguagem, enfatizando que a norma culta padrão não é a única maneira correta de se comunicar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Triviños define um conceito de filosofia “como uma concepção do mundo que explica cientificamente a natureza e a sociedade” (TRIVIÑOS, 1987, p. 17). Desse modo, o ato filosófico é o grande condutor da compreensão da realidade em que o sujeito está inserido. Assim, levando em consideração os conceitos filosóficos especificamente a ética, uma das áreas específicas da filosofia, como esse ato reflexivo sobre o ser humano em sociedade, infere-se que o acréscimo da ética no ensino da língua portuguesa instigará o aluno a compreender o seu posicionamento social, seus deveres e direitos, tornar-se conscientes de suas realidades, entendendo que a norma padrão não é a única forma de uso da língua.

Assim, defendemos a ideia que o ensino de língua portuguesa na escola deve se desviar dos trilhos do reducionismo à norma culta e fazer com que emergja das discussões conhecimentos pertinentes para a formação humana e social. Assim, incluir o estudo da ética na disciplina escolar é uma forma de pôr em pauta os valores que constituem o ser humano em suas ações coletivas, considerando os saberes arraigados em cada um, antes de entrar em uma sala de aula, o que eleva a importância de não se reduzir no ensino normativo da língua, na permissão de imersão nas experiências e na complexidade que constrói a nossa cultura, em especial movimentada pela língua.

Os estudos na Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Matemática numa perspectiva transdisciplinar, a qual estou finalizando com a defesa desse artigo científico, trouxe-me a compreensão de que é impossível investigar o homem fora de um contexto, bem como fazer pesquisa científica sobre ele sem que se analise o contexto em que está inserido.

Essa pesquisa ampliou essa compreensão adquirida no curso da especialização, tendo em vista que a partir das leituras feitas pude entender a importância de se enlaçar os conteúdos escolares à formação ética e identitária do aluno, especificamente o ensino de língua portuguesa, e isso ratifica a proposta transdisciplinar que essa especialização nos trouxe, além de cumprir o objetivo da nossa pesquisa, que é expor reflexões sobre o ensino da língua portuguesa que prioriza a norma culta, propondo um ensino que contribua para a formação ética do indivíduo através da consideração da variação linguística como marca cultural.

Assim, sendo o homem o sujeito que movimenta o mundo, as ciências sociais trazem ao cerne dos estudos este sujeito em suas distintas vertentes e conseqüentemente o resultado construído por estes aspectos humanos que vivem em contradições e movimentações. Nesta conjuntura, é pertinente que se faça pesquisa no âmbito escolar com uma visão transcendental aos conteúdos, fazendo-os perpassar pela atuação em sociedade daquele sujeito em formação.

Os PCN's do ensino consideram o ensino médio a etapa para o ensino do exercício à cidadania. Logo, a ética é uma das responsáveis, em um processo interdisciplinar, para a formação crítica e autônoma do aluno:

Isso significa que o Ensino Médio passa a integrar a etapa do processo educacional que a Nação considera básica para o exercício da cidadania, base para o acesso às atividades produtivas, para o prosseguimento nos níveis mais elevados e complexos de educação e para o desenvolvimento pessoal, referido à sua interação com a sociedade e sua plena inserção nela, ou seja, que “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Art.22, Lei nº 9.394/96).

Ademais, os parâmetros impõem a inserção da interdisciplinaridade no processo de ensino aprendizagem, afirmando sua importância no que concerne a amplitude de conhecimentos que se pode adquirir com este método, tendo em vista que a interdisciplinaridade é uma forma de estudar um conteúdo perpassando por diversas áreas de conhecimentos e isto resulta no aumento da capacidade de raciocínio do estudante.

Desta maneira, a ética será a principal responsável para amplitude de olhar e formação intelectual do aluno relativo ao estudo da língua. É substancial enxergar o processo de ensino aprendizagem como ação que prima por atender as necessidades intelectuais do alunado, que o instigue a participar e contar suas experiências e que estas sejam consideradas como fatores indispensáveis para a formação de um senso crítico. Quando se repassa um ensino de português reduzido à norma culta, exclui-se as variações que estão imersas nessas experiências. Consideremos as palavras de Luckesi (2008)

A sociedade necessita reproduzir-se para manter o estágio do desenvolvimento a que chegou, mas necessita também renovar-se para atender às necessidades e aos desafios emergentes. A educação, nas suas diversas

possibilidades, serve à reprodução, mas também à renovação da sociedade.”
(LUCKESI, 2008, p.126).

Diante de todas essas concepções é válido considerar de extrema importância o método da pesquisa bibliográfica, metodologia escolhida para a realização desta pesquisa. Julgo como satisfatória a escolha, tendo em vista que a leitura nas diversas teorias já formuladas pelos autores supracitados, nos permitiu a compreensão de que o ensino de língua portuguesa preso ao ensino da norma culta, sem considerações das variações linguísticas, acaba excluindo as diferenças, subjetividades e necessidades individuais dos alunos, o que acaba tornando latente um dos principais objetivos do ensino escolar, que é contribuir para formação ética e cidadã do indivíduo.

Vale salientar também que muitas dificuldades foram encontradas no decorrer do processo desta pesquisa. Dentre elas podemos dá destaque à seleção dos autores para realização desta pesquisa, tendo em vista a grande quantidade de teóricos que escrevem nessa percepção do ensino de língua portuguesa contextualizado e foi necessária uma grande restrição para que este trabalho não ficasse tão amplo. Outra dificuldade que julgo necessária destacar, é o fato de ter que diferenciar o percurso metodológico da fundamentação teórica, tendo em vista que a pesquisa no método bibliográfico é elaborada por meio de teorias, assim como a fundamentação teórica. Assim, senti dificuldades de escrever de maneira distinta as duas sessões.

É válido também ressaltar que o método da pesquisa bibliográfica nos restringe a pesquisar em teorias já formuladas, onde ir a campo não faz parte do desdobramento dessa metodologia. Então, apesar de ter escolhido, por livre arbítrio, esse método, senti falta de estar presente em uma sala de aula para averiguar na prática o que aqui defendo, um ensino contextualizado que contribua para formação ética do indivíduo. No entanto, não ter realizado a pesquisa empírica, faz-me considerar esse fato como uma abertura para uma futura pesquisa em outra oportunidade acadêmica. A partir deste estudo realizado, é possível elaborar um novo projeto com uma metodologia experimental, que possa propor uma observação e intervenção na escola.

Portanto, finalizamos, por hora, nosso estudo entendendo que é preciso uma educação viva, que repasse o conteúdo de maneira significativa, fazendo o aluno pensar que não está em uma sala de aula para o sistema de ensino bancário, mas para ser instruído, instigado a participar como ativo no processo de ensino juntamente com o professor e ajudado a caminhar pelos caminhos dos diversos conhecimentos que serão respaldo para sua considerável atuação em coletividade.

Assim, incluir o estudo da ética na disciplina escolar é uma forma de pôr em pauta os valores que constituem o ser humano em suas ações coletivas, considerando os saberes arraigados em cada um, antes de entrar em uma sala de aula, o que eleva a importância de não se reduzir no ensino normativo da língua, na permissão de imersão nas experiências e na complexidade que constrói a nossa cultura, em especial movimentada pela língua.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. 1 ed. Parábola Editorial, 2003.
- ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”**. São Paulo: Parábola, 2014.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base/ Ensino Médio**. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146.
- CANDAU, Vera Maria. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas**. *Currículo sem fronteiras*. V.11, n.2. PP. 240-255, Jul/Dez 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2011
- FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GEORGEN, P. LOMBARDI, C. L. **Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Capítulo 2.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A.P. MACHADO, A.R. BEZERRA, M.A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

_____. Processos de Produção textual. In: **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 50-85.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. 12 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.